

...Continuação

2.10 Impostos e contribuições
Incluem as provisões para o Programa de Integração Social (PIS), o qual é calculado com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, sendo sua provisão constituída à alíquota de 0,65%. No exercício de 2011 a Entidade obteve o direito ao não recolhimento da COFINS, suspendendo o recolhimento mensal do referido tributo a partir do mês de maio de 2011.

2.11 Provisões para ações judiciais, passivos contingentes e obrigações legais
Provisões contingentes são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para os processos de natureza cível utiliza-se o método de melhor estimativa, considerando-se as médias de valores pagos, o período de apuração dos pagamentos e o seu objeto processual. Os demais passivos contingentes classificados como perda possível não são registrados, mas são divulgados em nota explicativa e os assuntos classificados como perda remota não são provisionados, porém são divulgados pela administração quando relevantes. As obrigações legais são provisionadas independentemente da opinião de êxito dos assessores jurídicos.

2.12 Contratos de arrendamento
A Entidade aplica o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, reconhecendo, na data de início do contrato, um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento para todos os contratos que transferem o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Entidade arrenda diversos bens, incluindo andares e lojas em prédios comerciais utilizados em suas atividades administrativas e operacionais. Os contratos são geralmente celebrados por prazos de 24 meses a 5 anos, podendo incluir opções de prorrogação, quando aplicável. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados pela taxa incremental de financiamento da Entidade. Posteriormente, o passivo é acrescido de encargos financeiros e reduzidos pelos pagamentos efetuados. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo valor correspondente ao passivo de arrendamento, ajustado por pagamentos antecipados, custos diretos iniciais e eventuais incentivos recebidos. Após o reconhecimento inicial, o ativo é depreciado pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento ou da vida útil o ativo, dos dois o menor. Os encargos financeiros sobre o passivo de arrendamento são reconhecidos como despesas financeiras na demonstração do resultado ao longo do prazo do contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros. A Entidade opta por reconhecer como despesa, de forma linear ao longo do prazo do contrato, os pagamentos de arrendamentos de curto prazo (prazo inferior a 12 meses) e de ativos de baixo valor, quando aplicável.

2.13 Benefícios a empregados
As provisões trabalhistas, principalmente relativas às férias, e os respectivos encargos sociais, são calculadas e registradas segundo o regime de competência. A Entidade não concede plano de pensão ou outros benefícios pós-emprego, nem remuneração baseada em ações.

2.14 Apuração do resultado
Receitas e despesas de previdência
As contribuições de previdência são reconhecidas de acordo a emissão do certificado ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e ajustadas por meio da variação das provisões. As despesas com provisões técnicas de previdência são contabilizadas simultaneamente ao reconhecimento das correspondentes receitas. As receitas de assistência financeira a participantes são reconhecidas de acordo com o prazo de vigência do contrato. As demais receitas e despesas são reconhecidas no resultado do período em que incorreram, ou seja, segundo o regime de competência.

2.15 Novas normas e interpretações ainda não adotadas
Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP. CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17): A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A Companhia iniciou o trabalho de avaliação e está analisando os impactos em suas demonstrações financeiras. O CPC 50 ainda não foi recepcionado pela SUSEP. CPC 51 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras (IFRS 18): A norma estabelece novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. A Companhia iniciou o trabalho de avaliação e está analisando os impactos em suas demonstrações financeiras. O CPC 51 ainda não foi recepcionado pela SUSEP. Lei Complementar nº214/2025 - Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo. A Entidade iniciou o trabalho para gerir a transição tributária entre 2026 e 2033, de modo a assegurar a conformidade regulatória e a eficiência fiscal da operação. A definição da estratégia futura depende da definição das taxas de referência, por parte dos órgãos competentes, assim como a regulação setorial e normas operacionais da Receita Federal.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se no histórico da Entidade e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. (a) **Passivos de previdência (seguros)** O componente onde a administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de previdência (seguros) da Entidade. Existem diversas fontes que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Entidade liquidará em última instância. A Entidade utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração, dos atuários e dos especialistas da Entidade para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Como consequência, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. (b) **Provisões judiciais** A Entidade é parte em demandas judiciais envolvendo as áreas cíveis, fiscais e trabalhistas, as quais são consideradas para elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as normas contábeis vigentes. Os critérios utilizados pela administração da Entidade para a contabilização das demandas observam as evidências fáticas, legais e jurisprudenciais para a correta classificação e mensuração do risco econômico envolvido em cada demanda judicial, levando-se em consideração, ainda, os estudos e pareceres elaborados pela assessoria jurídica da Entidade em conjunto com profissionais especializados.

(c) **Provisão (Impairment) para riscos de crédito sobre assistência financeira**
A administração usa estimativas baseadas no histórico de perda em ativos com características de risco de crédito e evidência objetiva de *impairment* similar aos da sua carteira para projetar os fluxos de caixa futuros. A administração examina sua carteira de assistência financeira com o objetivo de avaliar possíveis perdas, pelo menos a cada mês.

4 Gerenciamento de riscos
Os principais riscos decorrentes das atividades da Entidade são os riscos de mercado (taxa de juros), de crédito, de liquidez, de risco de seguros e de risco de capital. O gerenciamento desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela administração. 4.1 **Gestão de risco de seguro** A Entidade atua junto ao mercado com planos de previdência complementar aberta, em especial o pecúlio, os quais são direcionados para pessoas físicas, jurídicas e empresas públicas, cujo objetivo é atender seu público alvo através do oferecimento destes produtos, bem como por meio de assistência financeira. A Entidade define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento garantido, passível de pagamento, ocorra. Para um grupo de contratos de previdência (seguro), onde a teoria das probabilidades é aplicada para a precificação e provisionamento, a Entidade entende que o principal risco transferido para a Entidade é o risco de que os pagamentos de benefícios resultantes de eventos ocorridos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de previdência. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos benefícios são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia atuarial de cálculo destes passivos, ou, quando, através de ações judiciais, a Entidade é compelida a pagar indenizações que extrapolam ao valor contratado ou a sua previsão inicial. Dentro do risco de seguro, destaca-se o risco de subscrição, que advém de uma situação econômica que contraria as expectativas utilizadas como premissas da Entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição, principalmente no que se refere a premissas atuariais e financeiras. O risco de subscrição pode ser identificado nos seguintes itens: risco no processo de subscrição (fase de contratação dos planos, quando se avalia o perfil do proponente), risco na precificação do produto (parâmetros de cálculo), risco de definição dos produtos (modelagem do produto), risco de retenção líquida, risco moral e risco nas provisões relacionadas. Assim, a Entidade tem como objetivo, visando mitigar o risco de subscrição/seguro, investir em novos e melhores processos de seleção de riscos e precificação. Os elementos-chave da política de subscrição da Entidade são e continuarão sendo (1) manutenção de controle centralizado de subscrição, para garantir que as políticas e os procedimentos da Entidade sejam utilizados de maneira consistente e apropriados; e (2) utilização de técnicas para o desenvolvimento de seu próprio banco de dados de subscrições, eventos e outras experiências estatísticas para que a Entidade possa selecionar e avaliar riscos de forma técnica e comercialmente precisa. Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação destes riscos, a Entidade realiza periodicamente revisões nos seus produtos comercializados, com o objetivo de rever os seguintes aspectos: Definições do produto: análise do escopo do produto e das coberturas e garantias oferecidas aos participantes bem como o público alvo das vendas; Estudo mercadológico: avaliação da força competitiva dos concorrentes frente ao produto comercializado e receptividade dos clientes; Expectativa de vendas: revisão e alinhamento das metas de vendas de acordo com o observado e ainda esperado; Precificação: estudo dos custos e receitas do produto de modo a atingir as metas propostas para os produtos. Nesta etapa, é verificada a adequação da tarifa atuarialmente definida para o produto; Provisionamento: as provisões técnicas (passivos contábeis) são constantemente reavaliadas visando refletir a realidade da necessidade de valores reservados para os planos operados pela Entidade. Ainda são constantemente analisados os sistemas operacionais utilizados na comercialização e manutenção dos produtos, possíveis riscos operacionais existentes no processo, além de avaliar aspectos legais e os riscos de imagem, fraude e lavagem de dinheiro. Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição aos quais a Entidade está exposta é minimizado, em função da não aceitação de riscos com valores de benefícios elevados. Desta forma, minimizam-se as possibilidades de desvios na severidade dos eventos observados. Além disso, a Entidade monitora a qualidade dos negócios, visando avaliar e melhorar o seu desempenho. Os negócios são subscritos pela Entidade após a revisão, dentre outros, das experiências com perdas e dos relatórios de precificação dos Pecúlios (principal produto da Entidade), e após consideração completa do histórico de pagamentos de benefícios. (a) **Quadro de análise de sensibilidade** A Entidade dividiu a análise de sensibilidade segundo os parâmetros utilizados e a estrutura dos planos. **Utilizes de sensibilidade nos sinistros ocorridos** A tabela abaixo apresenta o impacto no Sinistro ocorridos, por plano de risco, caso haja um aumento de 10 pontos percentuais nos seus valores, em relação aos últimos doze meses da data base do cálculo. Os demais parâmetros referentes a índices de conversibilidade, inflação e excedente financeiro, considerando as características dos planos em operação, não se aplicam com a relevância requerida no contexto. **Impacto no resultado e no patrimônio social**

Planos	2025	2024
Pecúlio	(93)	(98)
Pensão	(0)	(0)
Total	(93)	(98)

Análise de sensibilidade nas provisões de longo prazo A tabela abaixo apresenta o impacto nas provisões de longo prazo, segundo estrutura dos planos, caso haja uma redução na taxa de juros para 4% a.a. Os demais parâmetros referentes a índices de conversibilidade, inflação e excedente financeiro, considerando as características dos planos em operação, não se aplicam com a relevância requerida no contexto. **Impacto no resultado e no patrimônio social**

Planos	2025	2024
Aposentadoria	(28)	(30)
Pensão	(1.039)	(994)
Total	(1.067)	(1.024)

 (b) **Concentração de risco** A Entidade elaborou a sua concentração de risco, conforme a distribuição geográfica das contribuições brutas emitidas. A contribuição bruta se refere ao valor emitido mensalmente para o custeio do plano contratado pelo participante. Assim, a composição do risco está distribuída da seguinte maneira: **Contribuição bruta**

UF	2025	2024
AC	60	58
AL	87	96
AM	219	211
AP	109	107
BA	229	234
CE	240	248
DF	289	285
ES	75	73
GO	115	113
MA	141	142
MG	251	254
MS	196	184
MT	106	102
PA	426	421
PB	162	165
PE	345	361

PI 56 58
PR 188 180
RJ 1.711 1.818
RN 166 178
RO 95 93
RR 124 124
RS 684 662
SC 205 196
SE 70 73
SP 338 315
TO 7 6
6.694 6.757

4.2 Gestão de riscos financeiros
A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias: a) risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira; b) risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Entidade; c) risco de crédito associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes. (a) **Risco de Mercado** O risco de mercado é a possibilidade de perda decorrente das oscilações nos valores de mercado, tais como preços, índices e taxas sobre os descasamentos de prazos, moedas e indexadores de carteiras. O processo de gestão e controle de risco é submetido periodicamente à avaliação e revisão. A ferramenta de análises usada pela Entidade está entre os principais métodos amplamente difundidos no mercado, sendo ele: Metodologia do Stress Test do Sistema Sophis: O stress determina utiliza cenários de níveis de taxa pré, cupom cambial, ações, entre outros fatores de risco. A projeção do mercado é estabelecida em função das curvas de taxa pré, cupom cambial, cupom de TR, projeções de preços, etc. A metodologia utilizada para o cálculo do Stress Test utiliza um histórico de 180 dias úteis para séries de preços dos ativos e adota o percentual de 95%. Para o cálculo do Value At Risk (VAR) e Stress das carteiras da Previdência, as equipes de Risco dedicadas do Itaú Asset, Santander Asset e XP Investimentos, estabelecem cenários internos próprios para determinados fatores de risco. Na aplicação no Fundo Santander RT, o VaR diário sobre o Patrimônio Líquido de 0,003% indica que, sob condições normais de mercado e de acordo com o nível de confiança adotado na metodologia, a perda potencial diária é considerada imaterial. O Stress Test diário sobre o Patrimônio Líquido de -0,02% evidencia que, mesmo diante de cenários adversos e severos de mercado, o impacto estimado sobre o fundo permanece limitado, estando compatível com o perfil de risco conservador e com os parâmetros estabelecidos na Política de Gestão de Riscos. Na aplicação no Fundo RESTEC do Itaú, percebe-se, pelos dados abaixo, uma baixa utilização dos limites estipulados para a carteira. Obtivemos VAR PL diário de 0,039% com base em consumo limite de 25,74% e Stress PL diário de 0,369% com consumo limite de 36,86%. A atual composição da carteira é composta por quotas de fundos de investimento. Na aplicação para o Fundo XP Reserva Técnica, O Value at Risk (VaR), calculado pela metodologia paramétrica, com horizonte de 1 dia, nível de confiança de 95% e modelo EWMA (λ = 0,94), foi apurado em -0,009145% do Patrimônio Líquido, o que corresponde aproximadamente a R\$ 186 mil, considerando um PL de R\$ 2,03 bilhões. O limite máximo permitido para o VaR é de -1,00% do PL, resultando em um consumo de apenas 0,91% do limite, evidenciando ampla folga em relação ao risco autorizado, o teste de Stress indicou uma perda potencial de -0,0019% do PL, considerando os padrões usuais de mercado e a natureza do fundo, o consumo do limite de stress permanece residual, reforçando o caráter defensivo da carteira. Sabe-se que o mercado dispõe de outras metodologias de análise de stress. Entretanto, devido às características das carteiras da Entidade na data em questão, julgou-se o teste de stress realizado pelo Sistema Sophis como o mais adequado para o cálculo de risco do Fundo. (b) **Risco de Liquidez** O risco de liquidez é a possibilidade de desequilíbrio entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis. Este descasamento pode vir a comprometer a capacidade de pagamento da Entidade. A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, garantindo desta forma a realização dos eventos financeiros. A previsão de fluxo de caixa da Entidade é realizada pelo Departamento Financeiro. Este departamento administra diariamente a liquidez de caixa com base em premissas estabelecidas de desembolsos e recebimentos. (c) **Gestão de risco de crédito** Risco de crédito é a possibilidade de perda associada ao não cumprimento total ou parcial das obrigações financeiras pactuadas pelo tomador ou contraparte. A política de assistência financeira da Sabemi Previdência considera o nível de risco de crédito a que está sujeito as peculiaridades que envolvem o crédito consignado, tais como a diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, garantia de desconto em folha de pagamento e averbação online. Além disso, os prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em operações de assistência financeira. A avaliação de risco de crédito aos participantes é realizada de acordo com a política de crédito das liberações de assistência financeira. Esta política está baseada em modelos usados pelo mercado de crédito, e condicionada a um histórico de índices de inadimplência. 4.3 **Gestão de solvência** A Entidade executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios de exigibilidade de capital determinados pelo CNSP e SUSEP. Os principais objetivos da Entidade em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e SUSEP e (ii) otimizar retorno sobre capital para manutenção do patrimônio dos associados. Durante o período de reporte, e em períodos anteriores, a Entidade manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios. **Adequação de capital e da liquidez do ativo** Conforme Resolução CNSP nº 432/21 segue demonstrado abaixo o cálculo da adequação do capital e da liquidez do ativo, apurado em 31 de dezembro de 2025:

	2025	2024
Patrimônio social	25.005	26.624
(-) Despesas antecipadas	(87)	(118)
(-) Ajustes contábeis	(87)	(118)
(+) Superávit de fluxos prêmios/cont. não registrado apurado no TAP	380	842
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	159	367
(+) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	539	1.209
PLA de nível 1	24.896	26.484
PLA de nível 2	539	1.209
PLA de nível 3	22	22
PLA – soma de PLA nível 1 + PLA nível 2 + PLA nível 3 (i)	25.457	27.715
(-) Ajuste de excesso de PLA de nível 2 e PLA de Nível 3 (ii)	-	-
PLA (total) aceito para cobertura do CMR-soma de (i) e (ii)	25.457	27.715
Capital Mínimo Requerido (CMR)		
a) Capital base	-	-
b) Capital de risco (CR)	8.626	5.633

(+)	Capital adicional de risco de subscrição	841	884
(+)	Capital adicional de risco de crédito	3.023	2.677
(+)	Capital adicional de risco operacional	17	17
(+)	Capital adicional de risco de mercado	6.950	3.802
(-)	Benefício da correlação entre os capitais	(2.205)	(1.747)
	Capital mínimo requerido (o maior entre a e b)	8.626	5.633
	CMR coberto pelo PLA de nível 1 (deve ser no mínimo 50% do CMR)	8.626	5.633
	Suficiência de cobertura do CMR em relação ao PLA	16.831	22.082

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Depósitos bancários à vista	709	1.481
Equivalente de caixa (i)	205	6.980
	914	8.461

(i) Refere-se a cotas de fundos de investimentos, com liquidez diária. Fundo de investimento Itaú Corp. Plus RF DI, com carteira composta principalmente em Títulos públicos.

6 Ativos financeiros
(a) Mensurados a valor justo por meio do resultado
O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras classificadas como títulos a valor justo por meio do resultado são os seguintes:

	2025	2024		
Custo	Valor de	Custo	Valor de	
atualizado	mercado	atualizado	mercado	
Quotas de fundos de investimento (i)				
SANTANDER RT RF DI	4.493	4.493	3.728	3.728
ITAÚ RESTEC TP RF	1.854	1.854	2.124	2.124
XP RESERVA TECNICA				
FI RF	4.829	4.829	4.180	4.180
BRADESCO FI REF DI	18.792	18.792		
Total das quotas de fundos	29.968	29.968	10.032	10.032
Total de aplicações	29.968	29.968	10.032	10.032
Circulante	29.968	29.968	10.032	10.032
Total de aplicações	29.968	29.968	10.032	10.032

 (i) Quotas de Fundos de Investimento Fundos de investimento cujo valor de mercado é atualizado diariamente pelo valor da quota divulgado por suas respectivas administradoras com expectativa de remuneração de 100% do CDI. (b) **Mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações Financeiras, classificadas ao valor justo por meio de outros resultados abrangestes são os seguintes:

	2025	2024		
Custo	Valor de	Custo	Valor de	
atualizado	mercado	atualizado	mercado	
FIDC GREEN				
SOLFACIL V	296	296	428	428
FIDC GREEN SOLFACIL	353	353	570	570
ANGA SABEMI VII	1.194	1.194	2.661	2.661
Total de títulos VJRA	1.843	1.843	3.659	3.659
Total das aplicações	1.843	1.843	3.659	3.659
Circulante	1.843	1.843	3.659	3.659
Não circulante	-	-	-	-
Total das aplicações	1.843	1.843	3.659	3.659

 (c) **Abertura da carteira por prazo de vencimento:**

	2025	2024
Quotas de fundos de investimento		
Sem vencimento	29.968	10.032
	29.968	10.032

 De acordo com normatização da SUSEP, os títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. A Entidade não utiliza em suas operações instrumentos financeiros derivativos com propósito especulativo. (d) **Estimativa de valor justo** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. A Entidade classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração. A hierarquia do valor justo tem os seguintes níveis: • (Nível 1) preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • (Nível 2) *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • (Nível 3) técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis. A Entidade possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez. A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros detidos pela Entidade mensurados a valor justo:

	2025	2024
	Nível 2	Nível 2
Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Cotas de Fundos de Renda Fixa	29.968	10.032
Cotas de outros Fundos	1.843	3.659
Total	31.811	13.691
Circulante	31.811	13.691
Não circulante	-	-
Total	31.811	13.691

 A Entidade não possui instrumentos financeiros classificados no Nível 1 e 3 da hierarquia do valor justo. As aplicações são compostas de 94% de Cotas de fundos investimentos (2024 – 73%) e 6% de Cotas de Fundos de investimento (2024 – 27%). (e) **Movimentação das aplicações** A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	2025	2024
Saldo inicial	13.691	17.850
Aplicações	19.930	1.590
Resgates	(3.701)	(7.535)
Rendimentos	1.891	1.786
Saldo final	31.811	13.691
Circulante	31.811	13.691
Não circulante	-	-

 (f) **Créditos das operações com previdência complementar** Os saldos patrimoniais podem ser demonstrados por:

	2025	2024
Contribuições a receber (i)	692	1.130
	692	1.130

 (i) Refere-se a valores a receber de órgãos consignatários oriundos de contribuições de previdência de participantes. **Movimentação de contribuições a receber**

	2025	2024
Saldo inicial	1.130	1.072
(+) Contribuições Emitidas	7.811	7.947
(-) Contribuições canceladas	(1.117)	(1.190)
(-) Recebimentos	(7.132)	(6.699)
Saldo final	692	1.130

Continua...